



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2005

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005. As informações estão apresentadas em base consolidada e de acordo com os princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A sólida atuação da Tractebel Energia dentro do novo modelo de gestão do setor elétrico marcou o ano de 2005. Tendo como base o sério comprometimento com os desempenhos econômico-financeiro, operacional e institucional, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 920 milhões, crescimento de 18,7% em relação a 2004. Foram destinados aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, valores equivalentes a 95% do lucro líquido anual. O patrimônio líquido alcançou R\$ 2.686 milhões em 31 de dezembro de 2005.

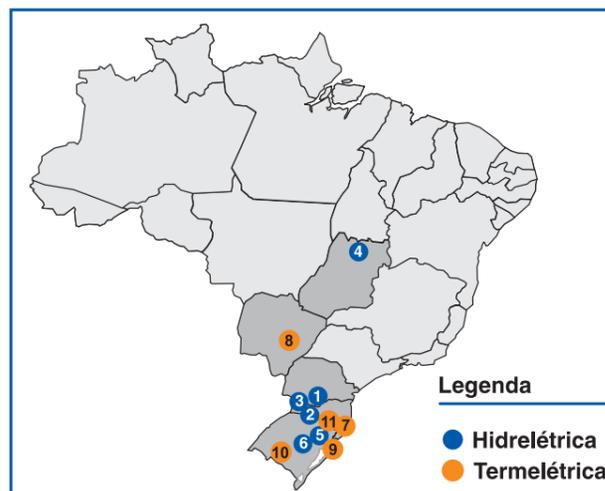
Foi um ano de bons resultados também no desempenho operacional. A Tractebel Energia obteve uma excelente performance do parque produtivo, alcançando o patamar de 97,2% de disponibilidade em suas usinas, desconsiderando-se as paradas programadas. A produção acumulada nos 12 meses de 2005 totalizou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos.

Após a implementação do novo modelo regulatório para o setor elétrico, a Tractebel Energia participou dos leilões de energia realizados durante o ano; vendeu 200 MW médios no leilão de energia nova e 531 MW médios nos pregões de energia existente, em contratos que prevêm início da entrega em 2008 e 2009. Segundo os dados referentes à energia assegurada e contratos em vigor de compra e venda, o balanço energético da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com a atual capacidade quase totalmente contratada até 2008.

Ao concluir a reestruturação da área comercial, a Tractebel Energia investiu consideravelmente no relacionamento com os clientes livres. A estratégia da Companhia é aumentar a participação do segmento industrial em sua carteira de contratos. Para tanto, adotou uma política ativa de fidelização, que possibilita a adequação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor. A participação dos consumidores industriais na receita da Companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 21% em 2005, quando sua carteira era composta por mais de 100 clientes livres.

Para aumentar a liquidez das ações da Companhia, foi feito um grupamento de ações seguido da conversão da totalidade das ações preferenciais de seu capital em ordinárias. Em novembro, as ações da Tractebel Energia passaram a ser listadas no Novo Mercado, garantindo o mais alto nível de governança corporativa da BOVESPA. Além disso, a controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda. vendeu parte da sua participação em ações, passando a deter 68,7% do capital total e ampliando a base de acionistas. O mercado de capitais passou a ser um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Companhia decidiu ampliar e tornar mais transparente o relacionamento com seus acionistas.

A Administração também implementou ações que tiveram como foco o público interno, a comunidade das regiões em que a Companhia está presente e o meio ambiente. Entre os projetos sociais, merece destaque



USINAS HIDRELÉTRICAS

1	SALTO SANTIAGO
Capacidade Instalada:	1.420 MW
Energia Assegurada:	723 MWm
2	ITÁ
Capacidade Instalada ¹ :	1.090 MW
Energia Assegurada ¹ :	513 MWm
3	SALTO OSÓRIO
Capacidade Instalada:	1.078 MW
Energia Assegurada:	522 MWm
4	CANA BRAVA
Capacidade Instalada:	450 MW
Energia Assegurada:	273 MWm
5	MACHADINHO
Capacidade Instalada ¹ :	383 MW
Energia Assegurada ¹ :	136 MWm
6	PASSO FUNDO
Capacidade Instalada:	226 MW
Energia Assegurada:	119 MWm
TOTAL:	
Capacidade Instalada:	4.647 MW
Energia Assegurada:	2.286 MWm

Notas: 1 - Parte detida pela Tractebel Energia
2 - Complexo composto por 3 unidades

Capital Social

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 27/06/05 e 17/08/05, a Tractebel Energia aprovou a unificação de todas as classes de ações do seu capital social em um só tipo de ação ordinária, mediante a troca e conversão de cada ação preferencial existente (das classes A e B) por uma ação ordinária. Em 19/09/05, o processo de conversão foi concluído, alcançando os objetivos pretendidos de equalizar os direitos conferidos para as ações de emissão da Companhia, adaptar a estrutura acionária aos melhores procedimentos de governança corporativa e conferir maiores condições de liquidez para as suas ações.

Em 31/12/05, o capital social da Companhia era de R\$ 2.445,8 milhões, representado, após o grupamento e conversão referidos anteriormente, por 652.742.102 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

USINAS TERMELÉTRICAS

7	COMPLEXO JORGE LACERDA²
Capacidade Instalada:	857 MW
Energia Assegurada:	598 MWm
8	WILLIAM ARJONA
Capacidade Instalada:	190 MW
Energia Assegurada:	177 MWm
9	CHARQUEADAS
Capacidade Instalada:	72 MW
Energia Assegurada:	45 MWm
10	ALEGRETE
Capacidade Instalada:	66 MW
Energia Assegurada:	41 MWm
11	LAGES
Capacidade Instalada:	28 MW
Energia Assegurada:	25 MWm
TOTAL:	
Capacidade Instalada:	1.213 MW
Energia Assegurada:	886 MWm

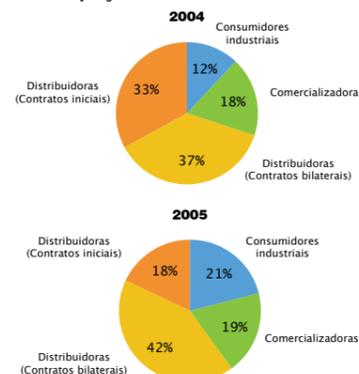
Clientes

A Tractebel Energia apresenta uma carteira diversificada de clientes, atendendo concessionárias distribuidoras de energia e consumidores livres (comercializadoras e indústrias), por meio de contratos flexíveis em relação ao volume e tempo de duração. Dentre os clientes industriais atendidos pela Companhia, destacam-se empresas que atuam nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

É estratégia da Companhia aumentar a participação do segmento industrial em sua carteira de contratos; para tanto adota uma política ativa de fidelização de clientes que possibilita a adequação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor. Com isso, a Companhia alcança padrão diferenciado de relacionamento com esses clientes ao mesmo tempo em que atua na otimização da energia disponível de suas usinas para venda.

A participação dos consumidores industriais na receita da Companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 12% em 2004 e 21% em 2005, quando sua carteira registrava mais de 100 clientes livres.

Participação dos clientes na receita



CONJUNTURA MACRO-ECONÔMICA

O ano de 2005 foi marcado pela pouca tensão econômica no mercado internacional e pela valorização cambial da moeda nacional. Mesmo com os níveis elevados dos preços do barril de petróleo, da evolução inflacionária dos Estados Unidos e da mudança na política de juros na zona do euro, a balança comercial brasileira manteve variação positiva, registrando saldo recorde de US\$ 44,7 bilhões, 32,8% maior que o de 2004.

O setor público, por sua vez, fechou o período com um superávit primário de 4,97% do PIB, acima da meta de 4,25%. Em contrapartida, a atividade econômica ficou aquém do esperado, movimento ratificado pelo baixo crescimento do PIB, de apenas 2,6%.

Ao manter sua política de troca de títulos cambiais por títulos da dívida interna e de compra de dólares no mercado futuro, o governo conseguiu reduzir sua dívida líquida em dólar de R\$ 124 bilhões, em 2003, para R\$ 16 bilhões. Mas a dívida interna aumentou sensivelmente, de R\$ 623 bilhões para R\$ 980 bilhões, em três anos. Já a dívida junto ao FMI, de R\$ 15,5 bilhões, foi quitada antecipadamente em dezembro, dois anos antes do vencimento.

Outros indicadores foram negativos: inflação de 5,69% a.a. (IPCA), quando a meta era de 5,1% a.a.; taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano ainda em 18% a.a., com redução inexpressiva em relação a janeiro, quando era de 18,25% a.a. e dívida líquida do setor público, que manteve proporção equivalente a 51% do PIB.

O consumo de energia elétrica no País cresceu 4,8% em 2005, totalizando 335.411 GWh. O crescimento por segmento consumidor foi o seguinte: residencial (5,4%), comercial (7,2%), industrial (2,4%) e outros (7,3%). O consumo industrial representou 45% do mercado nacional, enquanto o mercado residencial respondeu por 25%. O consumo médio por residência foi de 140 kWh por mês, ainda abaixo da média registrada antes do racionamento de 2001/2002, que era de 180 kWh por mês.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Administração também implementou ações que tiveram como foco o público interno, a comunidade das regiões em que a Companhia está presente e o meio ambiente. Entre os projetos sociais, merece destaque o de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelho, comunidade do entorno da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (GO), que recebeu importante investimento em infra-estrutura, cursos de capacitação profissional e de promoção social. O cumprimento das obrigações da legislação ambiental resultou na obtenção da licença de instalação da usina de São Salvador, em Tocantins. Também foram revalidados os certificados de ISO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (normas ambientais) para sete usinas, além de dar seqüência ao processo de certificação das demais. Com foco e estratégia, a Tractebel Energia busca cada vez mais a rentabilidade e a sustentabilidade da produção de energia no Brasil.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Presidente da Tractebel Energia

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

DESTAQUES DE 2005

• Produtividade

A Tractebel Energia gerou 29.801 GWh em 2005, na proporção de 24.721 GWh gerados em usinas hidrelétricas e 5.080 GWh em termelétricas, mantendo-se no patamar dos últimos cinco anos.

• Rentabilidade

A Companhia ampliou seu lucro líquido em 18,7% em relação a 2004, alcançando R\$ 920 milhões em 2005. Foram destinados aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, valores equivalentes a 95% do lucro líquido anual. O EBITDA cresceu 11,6% no exercício, alcançando R\$ 1,418 bilhão. A Companhia participou dos leilões promovidos pela agência reguladora do setor, tanto de energia existente, como de energia nova e incrementou sua carteira de clientes livres.

• Qualidade

Investindo no planejamento das manutenções do seu parque, a Tractebel Energia conseguiu um índice de 97,2% de disponibilidade de energia em suas 13 usinas, desconsiderando-se as paradas programadas. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 90,8%, sendo 93,0% na geração hidrelétrica e 80,5% na termelétrica.

• Investimentos

O programa de manutenção e revitalização das usinas recebeu investimentos de R\$ 44 milhões em 2005, modernizando o parque gerador para atender às novas necessidades do mercado energético.

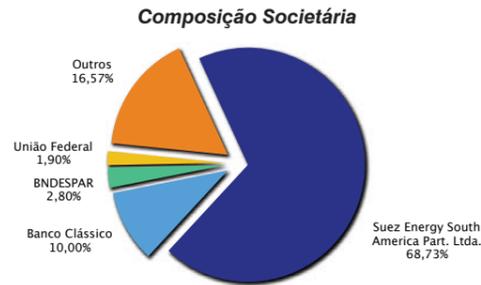
PERFIL CORPORATIVO

A Tractebel Energia faz parte do Grupo SUEZ, de origem francesa e belga, que atua em mais de cem países no setor de eletricidade e gás. Trata-se do maior grupo prestador de serviços de energia da Europa, onde também mantém a liderança na gestão de resíduos. É ainda a primeira empresa do mundo em tratamento de água.

Sediada em Florianópolis (SC), a Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, com 13 usinas, sendo 6 hidrelétricas e 7 termelétricas, que respondem por cerca de 8% da energia gerada no País. Do total desse parque gerador, a Tractebel Energia detém integralmente o controle de onze usinas, e duas (hidrelétricas de Itá e Machadinho) são exploradas por meio de consórcios com outras empresas.

A capacidade instalada total de geração das treze usinas alcança 6.977 MW, dos quais 5.764 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração térmica. A participação da Tractebel Energia nesta capacidade é de 5.860 MW (4.647 MW hidrelétrica e 1.213 MW térmica).

Em 31/12/05, o capital social da Companhia era de R\$ 2.445,8 milhões, representado, após o grupamento e conversão referidos anteriormente, por 652.742.192 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.



A Tractebel Energia detém participação em quatro subsidiárias, das quais três são integrais (Companhia Energética Meridional - CEM, Lages Bioenergética Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda.) e uma, a Itá Energética S.A. - ITASA, da qual a Companhia detém 48,75% do capital social votante e total.



(*) Em fevereiro de 2006, a Suez Energy South America Participações adquiriu participação adicional neste projeto, elevando a sua participação no consórcio para 40,07%.

Lages Bioenergética Ltda.: constituída em 2002, esta controlada atua como produtora independente de energia, através da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC). Trata-se de uma usina de co-geração, com um turbogerador a vapor de 28 MW, que produz energia utilizando resíduos de madeira (biomassa) como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até outubro de 2032.

Itá Energética S.A. - ITASA: detém a concessão para a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, por meio de consórcio com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de cinco grupos geradores de 290 MW. O prazo de concessão para construção e exploração está vigente até outubro de 2030.

Cia. Energética Meridional - CEM: detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até agosto de 2033.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.: constituída em outubro de 2000, com o objetivo social de comercializar energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Em dezembro de 2005, a Tractebel Energia Comercializadora possuía contratos com 32 clientes, representando volume de venda de 360 MW médios.

de 2001/2002, que era de 180 kWh por mês.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2005 a Tractebel Energia gerou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos. Do total produzido, 79,3% foram gerados em usinas hidrelétricas e 20,7% em termelétricas. Nos últimos oito anos a capacidade instalada da Companhia cresceu 58%, passando de 3.719 MW para 5.860 MW, um incremento bem acima do crescimento de todo o parque instalado no Brasil, que no mesmo período foi de 32%.

Em 2005, foram investidos R\$ 44 milhões no programa anual de manutenção e revitalização das usinas. Foram modernizados os geradores hidráulicos da usina de Salto Osório e os geradores térmicos da usina de Jorge Lacerda B; o sistema digital de telemedicação foi ampliado e novas unidades remotas para a supervisão das usinas foram instaladas.

Disponibilidade

Um dos maiores desafios da geração de energia elétrica é maximizar a capacidade produtiva de suas usinas para atender às demandas contratuais. Em 2005, o objetivo empresarial de manter uma disponibilidade geral, desconsideradas as paradas programadas, acima de 96% foi superado; a Tractebel Energia alcançou 97,2% de disponibilidade no período.

Para manter esse alto índice de disponibilidade, um cronograma de manutenção é realizado de modo a interferir o mínimo possível na programação produtiva, garantindo a confiabilidade do sistema. Com isso cumpre-se a missão da Tractebel Energia, que é fornecer energia com qualidade no momento adequado e atender às solicitações ambientais.

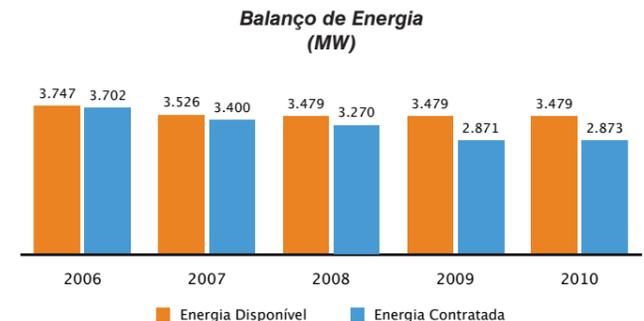
Produção

Em 2005, a produção total de energia elétrica alcançou 29.801 GWh, mantendo volume praticamente estável em relação ao ano anterior. A geração hidrelétrica alcançou 24.721 GWh e a termelétrica, 5.080 GWh. Durante o ano, as grandes afluências verificadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas da Região Sudeste e o aumento da capacidade de intercâmbio elétrico do Sudeste com o Sul determinaram, por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, um despacho ligeiramente menor das usinas da Região Sul.

Neste contexto, a geração da Tractebel Energia representou 7,5% da energia requerida pelo SIN - Sistema Integrado Nacional e correspondeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul.

Balanco de Energia

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor em dezembro de 2005, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com a capacidade atual quase totalmente contratada até 2008.



Pesquisa e desenvolvimento

Pelo contrato de concessão, a ANEEL estabelece que as geradoras de energia elétrica devem investir anualmente parte de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) visando melhorias no setor energético. Apesar de ser a ANEEL quem define o volume de recursos a serem investidos, é a Tractebel Energia quem decide voluntariamente quais os projetos que pretende desenvolver, nos quais procura assegurar a qualidade dos temas analisados junto a diversas instituições, tais como universidades, fundações e centros de pesquisa.

Entre 1999 e 2005 a Companhia aplicou mais de R\$ 23 milhões em 112 projetos de pesquisa e desenvolvimento. Entre esses projetos destacam-se

Continua...



...Continuação

Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2005

os de aproveitamento das cinzas de carvão geradas pelas termelétricas na construção de casas populares, a descoberta de novas espécies de peixes no reservatório da usina hidrelétrica de Passo Fundo, o desenvolvimento de tecnologias de soldagem, de aumento da eficiência térmica e de aproveitamento do resíduo da indústria madeireira para a geração de energia elétrica.

Em 2005, a ANEEL aprovou 18 projetos de pesquisa e desenvolvimento da Tractebel Energia, que somaram R\$ 2,1 milhões, sendo que 35% desse montante foi aplicado na área de meio ambiente e o restante nas áreas de geração térmica, operação e planejamento. Valor idêntico foi depositado no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência e Tecnologia e R\$ 1,0 milhão foi depositado para o Ministério das Minas e Energia. Ao todo, foram investidos R\$ 5,4 milhões na área de pesquisa e desenvolvimento.

Os projetos de meio ambiente voltados à ictiofauna, qualidade da água, corredores ecológicos, concentração de ozônio e biomassa para geração de energia elétrica e vapor receberam investimento de cerca de R\$ 768 mil no período.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

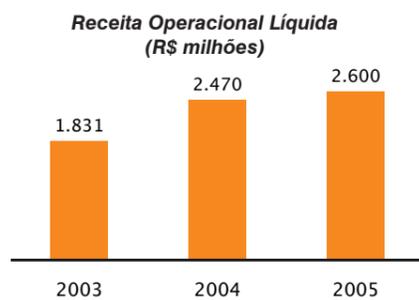
A receita bruta consolidada alcançou R\$ 2.904,2 milhões em 2005, representando um crescimento de 9,1% em relação a 2004. A receita de suprimento de energia atingiu R\$ 2.097,5 milhões e a receita de fornecimento de energia (energia vendida para clientes livres) foi R\$ 479,5 milhões com crescimento de 5,6% e 28,7%, respectivamente, ante o exercício de 2004, demonstrando a importância do desenvolvimento do portfólio de clientes livres.

O desempenho das receitas operacionais deve-se à combinação dos seguintes aspectos:

- o volume de energia vendida durante o exercício, que alcançou 29.823 GWh, com aumento de 1,3% em relação aos 29.440 GWh vendidos em 2004;
- a energia elétrica liberada dos contratos iniciais, por força da regulamentação setorial, foi recontratada livremente com distribuidoras, comercializadoras e consumidores industriais a preços superiores aos anteriormente contratados. O resultado foi um portfólio de contratação com preços crescentes. Dessa forma, o preço médio dos contratos da Tractebel Energia, em 2005, alcançou aproximadamente R\$ 85/MWh, patamar 16,4% superior ao preço médio da energia vendida através de contratos no ano anterior, que foi de R\$ 73/MWh;
- reajustes aplicados sobre os preços da energia elétrica vendida através dos contratos iniciais e de contratos bilaterais com base na variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços de Mercado).

Receita Líquida

A receita líquida de 2005 totalizou R\$ 2.599,8 milhões, significando expansão de 5,3% em relação a 2004. As deduções sobre a receita bruta, que referem-se substancialmente a tributos incidentes sobre as vendas, aumentaram 61,1% entre os exercícios comparados, elevando-se de R\$ 185,6 milhões para R\$ 298,8 milhões. Este incremento deve-se, basicamente, à majoração das alíquotas do PIS e da COFINS, de 3,65% para 9,25%, e ao aumento das vendas intra-estaduais a consumidores finais, sobre as quais há a incidência de ICMS.



Custos e Despesas Operacionais

O total dos custos e despesas operacionais foi de R\$ 1.390,2 milhões em 2005, com queda de 2,3% sobre 2004. Esta variação decorre dos seguintes

moedas que compõe a dívida (de 11%) e também à atualização monetária de crédito de impostos compensados e de contas a receber de clientes em decorrência de acordo comercial;

- perda com operações de swap (swap de taxa de câmbio/juros) de R\$ 102,1 milhões, resultante da valorização do Real frente à cesta de moedas do endividamento, que neutralizou parcialmente o ganho cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira.

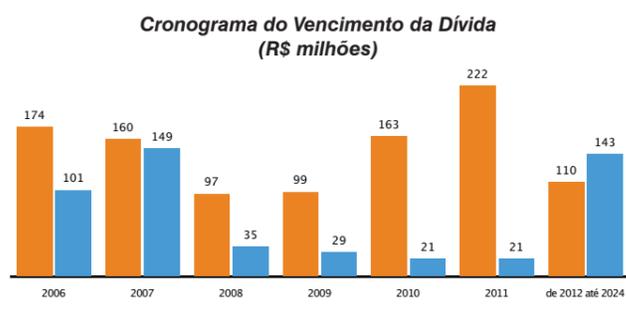
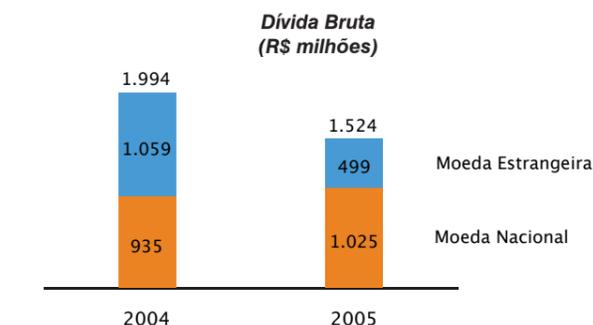
Dívida

A dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R\$ 1.523,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma queda de 23,6% comparativamente ao ano anterior. Essa redução é fruto da valorização do Real frente à cesta de moedas que compõem a dívida, das amortizações realizadas ao longo do exercício e da operação de pré-pagamento do já mencionado financiamento junto ao BID, esta última tendo influenciado também a redução da exposição da dívida à moeda estrangeira na comparação com dezembro de 2004.

Posição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Em R\$ milhões	31/12/2005		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Moeda Nacional			
Eletrobrás	81	175	256
Instituições Financeiras	62	338	400
Debêntures	31	338	369
Soma	174	851	1.025
% Moeda Nacional	63%	68%	67%
Moeda Estrangeira			
Secret. do Tesouro Nacional	88	264	352
Instituições Financeiras	13	134	147
Soma	101	398	499
% Moeda Estrangeira	37%	32%	33%
Total	275	1.249	1.524

Do total da dívida em 31 de dezembro de 2005, aproximadamente 33% estavam expostos à moeda estrangeira (53% em 31 de dezembro de 2004), dos quais, cerca de 37% estavam protegidos da variação cambial através de instrumentos de *hedge*.



vendeu parte da sua participação no capital, ampliando a base de acionistas e, conseqüentemente, favorecendo a liquidez das ações.

Com isso, criou condições para que o mercado de capitais se torne um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia, capacitando-a a aproveitar oportunidades de mercado.

Atualmente, o Conselho da Administração da Tractebel Energia possui sete membros, com presidente e vice-presidente escolhidos pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária. A Diretoria Executiva da Companhia, com sete membros, é composta após análise curricular feita pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de três anos e é permitida a reeleição.

A partir de 2006, dentro do processo de avanços na governança corporativa, pelo menos 20% dos conselheiros deverão ser acionistas independentes, que deverão ser definidos a partir da próxima Assembléia Ordinária.

Ainda a destacar, o prosseguimento da adequação da estrutura de controle interno às regras da Lei Sarbanes-Oxley, que ampliará a transparência das divulgações financeiras da Companhia.

Adesão ao Novo Mercado

Em 2005 a Companhia aderiu ao Novo Mercado da BOVESPA, segmento de listagem destinado às empresas que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas e regras de governança corporativas adicionais às exigidas pela legislação.

As regras consolidadas no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações prestadas pelas Companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

No último trimestre do ano, a Tractebel Energia aprovou a reforma do seu Estatuto Social, visando adequá-lo às regras e procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Aprovou ainda, uma nova política de dividendos que compreende:

- elevação do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia de 25% (vinte e cinco por cento) para 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76;
- intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferior a 55% do lucro líquido ajustado. O valor dessas distribuições dependerá de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégias de crescimento;
- distribuição de dividendos em períodos semestrais.

MERCADO DE CAPITAIS

Listada na Bolsa de Valores de São Paulo desde maio de 1998, a Tractebel Energia S.A. ingressou no Novo Mercado da BOVESPA em 16 de novembro de 2005. A Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (**IGC**), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (**ITAG**), que reúne as Companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior, no caso de alienação do controle, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA (**ISE**), que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade.

As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na BOVESPA sob código TBLE3; além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob código TBLEY, sob a relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

Performance das Ações – TBLE3

Em 2005, as ações ordinárias da Tractebel Energia (TBLE3) apresentaram ganho acumulado de 70,1%, comparado com uma valorização de 27,7% do

O total dos custos e despesas operacionais foi de R\$ 1.390,2 milhões em 2005, com queda de 2,3% sobre 2004. Esta variação decorre dos seguintes componentes:

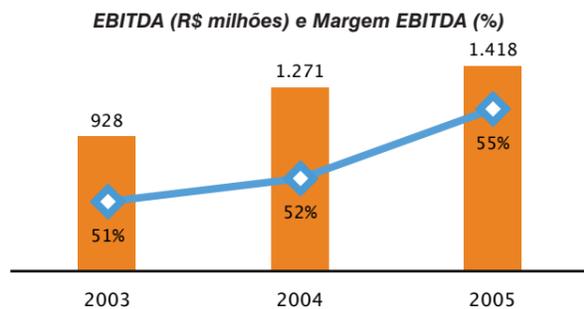
- Energia elétrica comprada para revenda:** a queda de R\$ 302,9 milhões para R\$ 136,9 milhões entre os exercícios comparados reflete, principalmente: (i) a redução das compras para atendimento às exportações; (ii) a queda da energia comprada da CIEN, devido a redução da garantia física imposta pela ANEEL para essa unidade produtora; (iii) a menor exposição da Companhia no mercado de curto prazo (CCEE), pelo acréscimo de disponibilidade própria de energia; e (iv) a amortização total em 2004, do custo adicional de energia relativo ao período do racionamento.
- Custo com combustíveis para produção de energia elétrica:** o aumento de 0,8% nos custos com combustíveis reflete a combinação entre o aumento nos preços contratados e o menor consumo de carvão mineral em 2005, devido à redução de geração de energia destinada à exportação.
- Encargos de uso da rede elétrica:** estes gastos registraram crescimento de 20,4% em decorrência do aumento do volume de vendas através de contratos bilaterais em substituição aos contratos iniciais, sobre os quais não incidiam encargos de transmissão, bem como do reajuste que incidiu sobre as tarifas desse serviço.
- Pessoal, material e serviços de terceiros:** os valores registrados nestas contas mostraram crescimento de 13,0% entre os exercícios, refletindo, além dos reajustes contratuais e salariais, acréscimo adicional decorrente de manutenção extraordinária ocorrida na Usina de Jorge Lacerda B.
- Depreciação:** a redução verificada nesta rubrica, de R\$ 223,5 milhões para R\$ 208,1 milhões, relaciona-se ao fato de que os valores de 2004 contemplam provisão para depreciação acelerada referente às unidades 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, no valor de R\$ 13,9 milhões.
- Constituição e reversão de provisões operacionais:** foram constituídas em 2005, provisões operacionais líquidas no montante de R\$ 96,6 milhões que se referem basicamente: (i) à provisão para benefício pós-emprego aumentada em função da alteração de hipóteses econômicas atuariais; (ii) à provisão para manutenções programadas por conta de reavaliações no programa de manutenção e (iii) à provisão para contingências cíveis devido a questionamento pela Companhia de descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedor de energia. Deste montante, são considerados não recorrentes, valores da ordem de R\$ 65,5 milhões.

Resultado Operacional (EBIT)

O resultado operacional (EBIT) em 2005 atingiu R\$ 1.209,7 milhões, denotando expansão de 4,1% em relação ao exercício de 2004.

EBITDA e Margem EBITDA

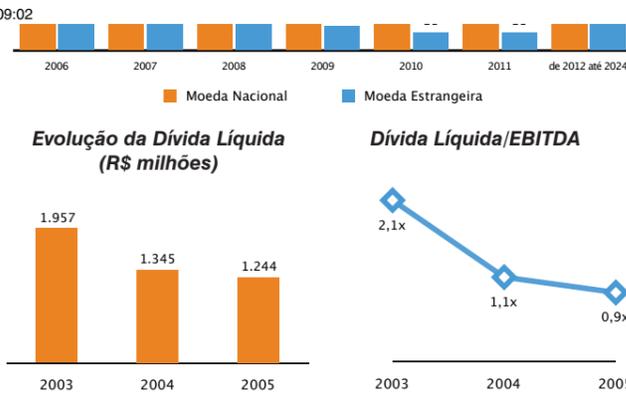
Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA de 2005 alcançou R\$ 1.417,8 milhões, representando aumento da margem EBITDA de 51,5% para 54,5%. Cabe destacar que, sem o efeito das provisões operacionais não recorrentes no valor de R\$ 65,5 milhões, o EBITDA ajustado de 2005 seria de R\$ 1.483,3 milhões, equivalente à margem EBITDA de 57,1%.



Resultado Financeiro

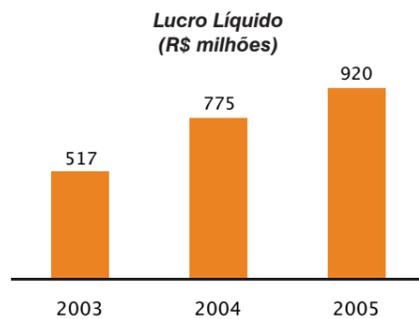
A despesa financeira líquida mostrou redução de R\$ 176,6 milhões, em 2004, para R\$ 102,4 milhões em 2005. Esta variação deve-se, principalmente, aos seguintes aspectos:

- aumento de R\$ 36,8 milhões na receita de aplicações financeiras, decorrente de um maior volume de recursos disponíveis para aplicação no ano de 2005;
- redução de R\$ 26,6 milhões nos encargos provenientes de dívidas que resultou, principalmente, do pré-pagamento, em maio de 2005, do financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R\$ 328,6 milhões;
- ganho de R\$ 107,8 milhões proveniente de variações monetárias líquidas que se deve, substancialmente, à valorização do Real frente à cesta de



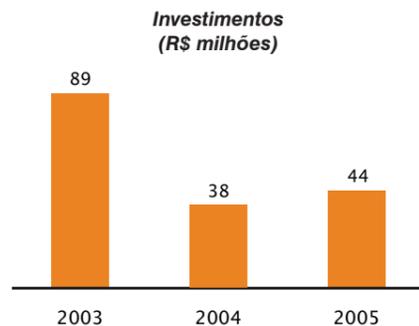
Lucro Líquido

O lucro líquido de 2005 atingiu R\$ 920,1 milhões, valor 18,7% superior ao do ano de 2004. Cabe ressaltar a contribuição positiva do crescimento da receita operacional - fruto da combinação de crescimento das vendas para clientes livres e preços médios da energia contratada - e da redução dos custos de compra de energia elétrica no ano, além do efeito negativo do aumento dos impostos incidentes sobre a venda.



INVESTIMENTOS

Em 2005, foram investidos R\$ 44 milhões, em sua maior parte destinados ao programa anual de manutenção e revitalização das usinas. Os geradores hidráulicos da usina de Salto Osório e os geradores térmicos da usina de Jorge Lacerda B passaram por modernização. Além disso, o sistema digital de telemedicação foi ampliado e novas unidades remotas para a supervisão das usinas foram instaladas. O investimento na revitalização do parque gerador rendeu disponibilidade de 97,2% da produção no ano, situando-se acima da meta estabelecida.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel Energia considera que 2005 foi o ano da governança corporativa. Isso porque o modelo de gestão escolhido avançou em ações que redundaram em um relacionamento mais transparente com os investidores e no aumento da liquidez das ações da Companhia.

Uma dessas iniciativas foi a conversão de suas ações preferenciais em ordinárias e a padronização dos direitos e obrigações a todos os acionistas. Além disso, a controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda.

PERFORMÂNCIA DAS AÇÕES - TBLE3

Em 2005, as ações ordinárias da Tractebel Energia (TBLE3) apresentaram ganho acumulado de 70,1%, comparado com uma valorização de 27,7% do Ibovespa - índice que reflete o desempenho de 57 papéis de maior liquidez no mercado - e de 42,9% do Índice de Energia Elétrica (IEE).

No ano, as ações registraram presença em 100% dos pregões e o volume médio diário de negociação registrado foi de R\$ 2.550 mil, com acentuado crescimento a partir de novembro, quando foram completadas as ações da Companhia para formalizar a adesão ao Novo Mercado da BOVESPA, incluindo a operação de oferta secundária de ações que ampliou o *free-float* para 31,3%. No encerramento do ano, os papéis estavam cotados a R\$ 15,05/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R\$ 9.824 milhões.

Tractebel x Ibovespa x Índice de Energia Elétrica (2005)



COLABORADORES

O mapeamento de competências dos colaboradores e o programa de sucessão preparam a Companhia para atuar no futuro próximo.

No fechamento do ano de 2005, a Tractebel Energia contava com 893 empregados, 44 a mais que no fechamento do ano anterior. Esse público, estratégico para a Companhia e foco de uma política de valorização e desenvolvimento profissional, recebeu especial atenção a partir de programas internos. Durante o ano, cada empregado recebeu em média 100,7 horas de treinamento, abrangendo educação formal (MBA, pós-graduação e graduação), cursos técnicos, de idiomas e treinamentos comportamentais.

O desenvolvimento dos empregados é parte do processo de gestão de carreira e sucessão da Companhia. Um terço do quadro de empregados possui formação universitária, sendo 132 formados em engenharia, 54 em administração, 29 em contabilidade, 22 em economia, 15 em direito, 10 em pedagogia e 59 em outros cursos.

A idade média dos empregados é de 40,2 anos e o tempo médio de empresa de 14,7 anos. Em 2005, foi implementada uma mudança do plano de previdência privada do modelo de benefício definido para contribuição definida, com migração de mais de 96% dos empregados. Com isso, é possível agora controlar riscos futuros para a Companhia com o plano de previdência de seus empregados.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços, além dos serviços de auditoria contábil.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Tractebel Energia agradece aos seus colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais e órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2005.

A Administração

Continua...



...Continuação

Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Numerário disponível	9.466	4.648	12.179	7.710	Fornecedores	140.718	139.589	122.125	117.286
Títulos e valores mobiliários	195.153	514.982	296.958	634.277	Dividendos e juros sobre o capital próprio	495.487	553.045	495.487	553.045
Consumidores, concessionárias e permissionárias	287.162	270.813	304.975	280.647	Empréstimos e financiamentos	185.684	189.382	233.416	265.410
Dividendos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-	Encargos de empréstimos e financiamentos	8.451	6.813	9.927	12.302
Adiantamentos a fornecedores	3.268	9.511	3.341	8.849	Debêntures	-	-	16.611	18.599
Créditos da conta consumo de combustível - CCC/CDE	30.553	35.538	30.553	35.538	Encargos de debêntures	10.286	-	14.479	4.761
Alienações, serviços em curso e dispêndios a reembolsar	9.993	8.764	9.999	8.050	Tributos e contribuições sociais correntes	35.362	66.449	46.427	74.897
Tributos e contribuições sociais a recuperar	11.486	71.193	16.719	74.707	Tributos e contribuições sociais parcelados	1.010	979	1.010	979
Cauções e depósitos vinculados	36.401	60	36.401	60	Obrigações estimadas	49.084	36.466	49.243	36.540
Ativo fiscal diferido	81.097	94.344	82.344	98.173	Provisão para contingências	41.595	-	42.326	731
Almoxarifado	22.515	13.061	23.512	13.610	Benefícios pós-emprego	81.020	51.619	81.020	51.619
Despesas pagas antecipadamente	10.048	4.262	10.721	5.800	Passivo fiscal diferido	-	39.616	-	39.616
Outros	36.726	25.739	36.609	25.993	Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
	812.728	1.061.028	864.311	1.193.414	Outros	32.814	26.552	37.220	29.470
						1.127.692	1.129.494	1.215.167	1.233.257
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Concessionárias e permissionárias	10.617	14.920	10.617	14.920	Empréstimos e financiamentos	601.949	886.901	911.138	1.539.409
Devedores diversos	27.697	16.572	27.697	16.572	Debêntures	198.348	-	338.196	153.619
Títulos e valores mobiliários	-	35.550	-	35.550	Tributos e contribuições sociais parcelados	6.230	7.016	6.230	7.016
Tributos e contribuições sociais a recuperar	7.136	4.720	10.296	8.684	Obrigações estimadas	22.543	15.259	22.869	17.333
Cauções e depósitos vinculados	-	-	26.119	53.536	Provisões para contingências	102.606	108.419	105.383	108.637
Depósitos judiciais	64.822	26.048	71.405	26.050	Concessões a pagar	-	-	178.130	160.417
Alienação de bens e direitos	60.220	29.303	60.220	29.303	Benefícios pós-emprego	205.755	198.508	205.755	198.508
Ativo fiscal diferido	186.877	181.132	192.309	186.643	Passivo fiscal diferido	36.532	-	36.532	-
Outros	1.315	483	1.315	483		1.173.963	1.216.103	1.804.233	2.184.939
	358.684	308.728	399.978	371.741					
PERMANENTE					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimentos	887.117	684.639	43.619	50.365	Capital social	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Imobilizado	2.929.087	3.078.158	4.353.468	4.536.430	Reservas de capital	91.695	91.695	91.695	91.695
Diferido	-	-	43.985	53.202	Reservas de lucros	148.500	249.495	148.500	249.495
	3.816.204	3.762.797	4.441.072	4.639.997		2.685.961	2.786.956	2.685.961	2.786.956
TOTAL DO ATIVO	4.987.616	5.132.553	5.705.361	6.205.152	TOTAL DO PASSIVO	4.987.616	5.132.553	5.705.361	6.205.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS				
Fornecimento de energia elétrica	338.985	304.198	479.493	372.743
Suprimento de energia elétrica	2.066.598	1.966.691	2.097.482	1.986.055
Subvenção combustível - CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Serviço prestado	13.884	12.139	5.429	4.687
Venda de cinzas	7.568	10.393	7.568	10.393
Outras receitas	1.017	839	2.755	1.738
	2.739.533	2.580.454	2.904.208	2.661.810
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições sobre a receita	(266.703)	(178.676)	(298.830)	(185.550)
Venda de cinzas líquidas de impostos - CCC/CDE	(5.531)	(6.329)	(5.531)	(6.329)
	(272.234)	(185.005)	(304.361)	(191.879)
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	2.467.299	2.395.449	2.599.847	2.469.931
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS				
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Custo de produção de energia elétrica	(820.952)	(715.323)	(889.590)	(790.329)
Custo dos serviços prestados	(9.328)	(8.561)	(9.328)	(8.561)
	(1.237.977)	(1.303.225)	(1.035.779)	(1.101.846)
LUCRO BRUTO	1.229.322	1.092.224	1.564.068	1.368.085
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(118.295)	(105.076)	(164.796)	(133.412)
Despesas gerais e administrativas	(158.393)	(173.717)	(189.599)	(187.301)
	(276.688)	(278.793)	(354.395)	(320.713)
Resultado do serviço	952.634	813.431	1.209.673	1.047.372
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
Amortização de ágio	(6.746)	(6.746)	(6.746)	(6.746)
	110.139	75.648	(6.746)	(6.746)
Receitas (despesas) financeiras				
Renda de aplicações financeiras	68.238	33.671	88.901	52.106
Encargos de dívidas	(90.589)	(90.293)	(161.567)	(188.150)
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	(15.960)	(13.431)
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	(11.896)	-	(17.427)
Perdas com swaps de taxa de câmbio/juros	(104.537)	(19.554)	(130.253)	(28.157)
Variações monetárias líquidas	124.746	35.251	137.433	29.626
Outras	(16.068)	(5.772)	(20.986)	(11.123)
	(18.210)	(58.593)	(102.432)	(176.556)
RESULTADO OPERACIONAL	1.044.563	830.486	1.100.495	864.070
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3.557	(3.017)	3.557	(3.035)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	1.048.120	827.469	1.104.052	861.035
Contribuição social	(59.475)	(44.175)	(74.435)	(53.215)
Imposto de renda	(68.549)	(8.102)	(109.521)	(32.628)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	920.096	775.192	920.096	775.192
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM 2005 E POR LOTE DE MIL AÇÕES EM 2004	1,4096	1,1876	1,4096	1,1876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Juros de dívidas longo prazo	6.949	4.229	27.235	21.645
Juros de garantias depositadas de longo prazo	(10.384)	(10.160)	(10.384)	(10.160)
Varição monetária de longo prazo	(102.059)	(31.205)	(112.838)	(32.618)
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Provisão de longo prazo, líquida	78.241	72.656	77.793	74.214
Imposto de renda e CSLL diferidos	11.546	30.550	11.745	25.844
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.510)	3.168
	949.301	943.688	1.124.991	1.087.518
De terceiros				
Debêntures	200.000	-	200.000	-
Dividendos intermediários	30.000	-	-	-
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-
Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	-
Vendas de bens e direitos	31.539	29.190	31.539	29.190
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante	40.884	37.587	45.151	63.333
Financiamento de longo prazo	-	-	-	13.771
Outras	-	1.131	-	2.060
	381.283	76.021	306.773	108.354
TOTAL DAS ORIGENS	1.330.584	1.019.709	1.431.764	1.195.872
APLICAÇÕES				
Aumento no realizável a longo prazo	70.324	92.351	78.904	110.867
Investimentos	201.200	1.224	-	250
Aquisição de imobilizado e aplicação no diferido	37.519	29.926	43.916	38.053
Parcelamento de conta a receber de energia elétrica - MAE	17.623	-	17.623	-
Reversão de dividendos para reserva de retenção de lucros	-	52.778	-	-
Dividendos intermediários	147.000	-	147.000	-
Dividendos propostos	874.091	590.032	874.091	590.032

LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM 2005 E POR LOTE DE MIL AÇÕES EM 2004

	<u>1.4096</u>	<u>1.1876</u>	<u>1.4096</u>	<u>1.1876</u>
--	---------------	---------------	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31.12.2003	2.445.766	91.695	64.335	-	2.601.796
Lucro líquido do exercício	-	-	-	775.192	775.192
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	38.760	(38.760)	-
- reserva de retenção de lucros	-	-	146.400	(146.400)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
PNA – R\$ 0,978858, PNB – R\$ 0,903920 e	-	-	-	-	-
ON – R\$ 0,903920, todas por lote de mil ações	-	-	-	(590.032)	(590.032)
SALDOS EM 31.12.2004	2.445.766	91.695	249.495	-	2.786.956
Dividendos intermediários	-	-	(147.000)	-	(147.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	920.096	920.096
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	46.005	(46.005)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
ON – R\$ 1,339106 por ação	-	-	-	(874.091)	(874.091)
SALDOS EM 31.12.2005	2.445.766	91.695	148.500	-	2.685.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação adicional)

(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Variação monetária líquida	(22.964)	(25.789)	(35.551)	(29.465)
Constituição de provisão operacional líquida	68.584	53.252	68.151	54.806
Imposto de renda e CSLL diferidos	4.419	21.282	7.078	20.373
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.552)	3.167
	1.015.047	926.363	1.171.076	1.054.306
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	5.640	(2.338)	(22.334)	(18.659)
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	(8.347)	-	(8.347)
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	4.985	(11.772)	4.985	(11.772)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	50.517	(31.799)	49.696	(36.687)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	(33.844)	6.140	(43.481)	(11.832)
Almoxarifado	(9.454)	286	(9.902)	(184)
Devedores diversos	(7.179)	(16.572)	(7.179)	(16.572)
Despesas antecipadas	(6.618)	5.044	(5.886)	4.502
Outros	(4.536)	(2.804)	(4.295)	(3.534)
	(489)	(62.162)	(38.396)	(103.085)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.129	31.351	24.656	41.855
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.296	(10.361)	8.956	8.123
Tributos e contribuições sociais	(459)	(6.976)	2.158	(2.748)
Obrigações estimadas	4.902	(12.544)	4.951	(12.506)
Provisão para contingências	3.761	(6.859)	4.998	(6.695)
Benefícios pós-emprego	6.203	6.026	6.203	6.026
Concessão ANEEL	-	-	14.482	13.180
Outros	6.926	8.302	17.645	13.779
	25.758	8.939	84.049	61.014
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	1.040.316	873.140	1.216.729	1.012.235
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado e diferido	(37.519)	(29.926)	(43.916)	(38.053)
Aplicações em investimentos	(201.200)	(1.224)	-	(250)
Dividendos recebidos de controladas	38.113	-	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(200.606)	(31.150)	(43.916)	(38.303)
Atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(244.689)	(182.549)	(625.714)	(271.154)
Financiamentos e debêntures	200.000	-	200.000	13.771
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.110.032)	(441.203)	(1.110.032)	(441.203)
Resgate de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	19.596
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(1.154.721)	(623.752)	(1.505.663)	(678.990)
Total dos efeitos no caixa	(315.011)	(218.238)	(332.850)	(294.942)
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	519.630	301.392	641.987	347.045
Saldo final	(315.011)	218.238	(332.850)	294.942
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	87.293	101.778	153.620	192.582
Imposto de renda e contribuição social	81.397	55.349	127.910	86.461
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	35.464	32.860	41.400	35.318
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	501.091	590.032	501.091	590.032
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

reversão de dividendos para reserva de retenção de lucros

de lucros	-	52.778	-	-
Dividendos intermediários	147.000	-	147.000	-
Dividendos propostos	874.091	590.032	874.091	590.032
Pré-pagamentos de financiamentos	-	-	275.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante	229.325	266.361	305.996	367.153
TOTAL DAS APLICAÇÕES (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.577.082	1.032.672	1.742.777	1.106.355
	(246.498)	(12.963)	(311.013)	89.517

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Ativo Circulante				
No fim do período	812.728	1.061.028	864.311	1.193.414
No início do período	1.061.028	900.542	1.193.414	925.049
	(248.300)	160.486	(329.103)	268.365
Passivo Circulante				
No fim do período	1.127.692	1.129.494	1.215.167	1.233.257
No início do período	1.129.494	956.045	1.233.257	1.054.409
	(1.802)	173.449	(18.090)	178.848
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(246.498)	(12.963)	(311.013)	89.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação adicional)

(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas, serviços e outras	2.428.052	2.294.260	2.592.727	2.375.616
Reversão provisão p/créditos de liquid.duvidosa	9.071	12.133	9.126	12.095
Subvenção de combustível – CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Resultado não operacional	3.557	(3.017)	3.557	(3.035)
	2.752.161	2.589.570	2.916.891	2.670.870
(-) Insumos				
Materiais	(20.851)	(16.840)	(22.853)	(17.931)
Serviços de terceiros	(65.701)	(59.293)	(75.330)	(66.568)
Combustível p/produção energia – CCC/CDE	(311.131)	(275.502)	(311.131)	(275.502)
Combustível p/produção energia sem subvenção	(101.570)	(134.666)	(104.694)	(136.933)
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Seguros	(7.224)	(8.434)	(9.239)	(10.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(116.395)	(106.636)	(162.431)	(134.899)
Outros	(143.694)	(74.616)	(143.827)	(85.598)
	(1.174.263)	(1.255.328)	(966.366)	(1.031.139)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.577.898	1.334.242	1.950.525	1.639.731
Depreciação e amortização	(158.608)	(175.057)	(208.108)	(223.487)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.419.290	1.159.185	1.742.417	1.416.244
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	117.363	59.881	139.086	78.173
Resultado da equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.653.538	1.301.460	1.881.503	1.494.417
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>%</u>	<u>2004</u>	<u>%</u>
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	75.062	4,54	68.987	5,30
Benefícios	23.281	1,41	17.982	1,38
Participação nos resultados	10.000	0,60	6.500	0,50
	108.343	6,55	93.469	7,18
Do capital de terceiros				
Encargos e var. monet.	102.589	6,20	87.258	6,70
Aluguéis	5.090	0,31	4.458	0,34
Outras desp. financ.	25.598	1,55	27.245	2,10
	133.277	8,06	118.961	9,14
Do governo				
Impostos, taxas e contribuições	293.867	17,77	200.188	15,38
Encargos setoriais	69.931	4,23	61.373	4,71
IR e CSLL	128.024	7,74	52.277	4,02
	491.822	29,74	313.838	24,11
Do capital próprio				
Reserva legal	46.005	2,78	38.760	2,98
Dividendos e juros s/ capital próprio	874.091	52,87	590.032	45,34
Lucro retido	-	-	146.400	11,25
	920.096	55,65	775.192	59,57
	1.653.538	100,00	1.301.460	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...



Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.860 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo os contratos para compra de longo prazo firmados com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA e com a Companhia de Interconexão Energética – CIEN, é de 5.968 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 10-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda. (atual denominação da Tractebel EGI South America Ltda.), empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Societê Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual detém autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC). As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 9-b.

Em 16.11.2005 as ações da Companhia foram admitidas à negociação do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder mais transparência com relação à atividade e situação financeira das Companhias e a adoção de práticas de governança corporativa, bem como, garantir maiores direitos aos acionistas minoritários.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) nas demonstrações financeiras e nas Notas Explicativas estão expressos em Reais mil, exceto onde indicado de maneira diferente.

A Companhia está apresentando, adicionalmente às demonstrações financeiras, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

Objetivando propiciar maior clareza na apresentação dos detalhes dos saldos patrimoniais em Notas Explicativas, as contas ativas e passivas não existentes nas controladas estão sendo apresentadas exclusivamente sob o título "Controladora", cujos valores são idênticos aos saldos consolidados.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão em consonância com os princípios e práticas contábeis adotadas no País. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

Critérios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisões;

a provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão (ver Nota 4);

o imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e realizável a longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem;

os materiais em estoque estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado;

os ativos indexados são atualizados até a data do balanço.

b) Permanente

Os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos, conforme determina a Portaria DANAEE nº 815, de 30.11.1994. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 10-a;

os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado;

até 31.12.1998 foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico. A partir de 01 de janeiro de 1999, a Companhia descontinuou esta prática e a partir de 01 de janeiro de 2002 a mesma deixou de ser praticada no setor elétrico brasileiro, em função de alteração das normas da ANEEL que disciplinavam esta matéria.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os benefícios futuros a empregados (benefícios pós-emprego) são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 18);

os empréstimos, financiamentos, debêntures e os encargos decorrentes de ambos, apropriados até a data do balanço, são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 13 e Nota 14) e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

e) Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil existentes na Companhia não possuem valores relevantes e são reconhecidas diretamente no resultado, com base nas contraprestações contratuais (ver Nota 23).

Demonstrações financeiras consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 9-b).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 9-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica ocorre com diferimento de ICMS, nas operações internas, e com não-incidência de ICMS nas operações interestaduais.

NOTA 6 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

Natureza dos créditos	Controladora				2004
	2005		2004		
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.745	30.436	10.957	41.393	44.477
Provisão para contingências	144.201	36.050	12.978	49.028	36.862
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.193	11.548	4.158	15.706	10.396
Provisão para perdas em aplicações financeiras	11.896	2.974	1.071	4.045	4.045
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Base negativa da contribuição social	5.960	-	537	537	12.933
	185.628	82.346	267.974	275.476	275.476

Classificação do ativo fiscal diferido:

Circulante	40.079	41.018	81.097	94.344
Realizável a longo prazo	145.549	41.328	186.877	181.132
	185.628	82.346	267.974	275.476

Natureza dos créditos	Consolidado				2004
	2005		2004		
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.499	30.625	11.024	41.649	44.752
Provisão para contingências	146.472	36.618	13.182	49.800	37.844
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.403	11.601	4.176	15.777	10.442
Provisão para perdas em aplicações financeiras	17.427	4.357	1.569	5.926	5.926
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Prejuízo fiscal	10.767	2.692	-	2.692	4.501
Base negativa da contribuição social	17.156	-	1.544	1.544	14.588
	190.513	84.140	274.653	284.816	284.816

Classificação do ativo fiscal diferido:

Circulante	40.996	41.348	82.344	98.173
Realizável a longo prazo	149.517	42.792	192.309	186.643
	190.513	84.140	274.653	284.816

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subsequentes.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Natureza dos ativos	Controladora					Próximos 2 anos	Próximos 3 anos	Após 2015	Total
	2006	2007	2008	2009	2010				
Ativo fiscal diferido, registrado									
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167
Demais diferenças temporárias	49.861	25.890	13.209	19.830	31.850	60.961	4.387	-	205.988
Base negativa da contribuição social	537	-	-	-	-	-	-	-	537
	81.097	29.307	16.626	23.247	35.267	67.795	14.635	-	267.974
Ativo fiscal diferido, não registrado									
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702
	75.783	-	-	-	-	-	-	24.702	100.485
	156.880	29.307	16.626	23.247	35.267	67.795	14.635	24.702	368.459

Consolidado			
	Próximos	Próximos	Após

NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	12.608	340.032	55.780	440.035
Letras do Tesouro Nacional – LTN	173.816	-	174.890	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	69	129.145	69	167.666
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	37.148	33.925	83.137	33.925
Notas do Banco Central – NBC - E	19.749	23.776	31.731	23.776
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	5.059	-
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	-	-	60	-
Ajuste negativo de operações de swaps	-	-	-	(13.698)
(-) Garantia de operações de swaps no Fundo de Investimentos Exclusivo	(36.341)	-	(36.341)	-
	207.049	526.878	314.385	651.704
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(11.896)	(11.896)	(17.427)	(17.427)
	195.153	514.982	296.958	634.277
Longo Prazo				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	35.550	-	35.550
	-	35.550	-	35.550

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005, cujos valores contábeis não excedem aos preços médios de mercado, podendo ser negociados independentemente de seus vencimentos, sem prejuízo dos rendimentos.

A Companhia possui Fundo de Investimentos Exclusivo composto por LTN, operações compromissadas e operações de swaps realizadas no mercado de balcão, em que o Fundo fica ativo em moeda estrangeira (Dólar, Euro e Libra) e passivo em CDI. As aplicações neste Fundo estão segregadas nas demonstrações financeiras de acordo com as suas naturezas. O saldo do Fundo inclui o valor de R\$ 36.341, relativo a garantia contratual para as operações de swaps existentes no Fundo, o qual somente poderá ser resgatado quando do vencimento do último contrato de swap, em dezembro de 2006, e está apresentado no ativo circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia e sua Controlada Companhia Energética Meridional - CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a falência decretada em 2005.

NOTA 4 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				
	2005				2004
	Vencidos	Vencidos		Total	Total
até 90 dias		mais de 90 dias			
Circulante					
Consumidores livres	28.321	310	239	28.870	29.928
Concessionárias	178.041	71	-	178.112	167.246
Comercializadoras	67.753	-	-	67.753	41.165
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	120.285	-	11.947	132.232	162.550
	395.600	381	12.926	408.907	401.629
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.845)	-	(11.900)	(121.745)	(130.816)
	285.755	381	1.026	287.162	270.813
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	-	-	10.617	14.920

	Consolidado				
	2005				2004
	Vencidos	Vencidos		Total	Total
até 90 dias		mais de 90 dias			
Circulante					
Consumidores livres	54.092	640	239	54.971	35.286
Concessionárias	180.580	71	-	180.651	170.250
Comercializadoras	54.787	-	-	54.787	40.524
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	121.181	-	13.944	135.125	165.472
	411.840	711	14.923	427.474	412.272
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.470)	-	(12.029)	(122.499)	(131.625)
	301.370	711	2.894	304.975	280.647
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	-	-	10.617	14.920

A energia elétrica fornecida a clientes enquadrados na categoria "Consumidores livres" tem suas respectivas faturas com vencimento no mês subsequente ao do fornecimento, assim como os clientes enquadrados nas categorias "Concessionárias" e "Comercializadoras", que podem ter também, suas faturas parceladas em até três vezes, vencendo-as no mês seguinte e no segundo mês subsequente ao do suprimento.

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do CCEE/MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vencidos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. No presente exercício, houve desistência por parte de autores da ação impetrada, o que permitiu a CCEE ajustar os valores pendentes, resultando, para a Companhia, uma reversão de provisão no valor de R\$ 9.071.

NOTA 5 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
ICMS	40.354	35.582	41.459	36.168
Imposto de renda	5.538	46.473	7.857	48.321
Contribuição social	2.806	11.654	3.092	12.015
COFINS	1.923	7.532	3.174	8.178
Outros	616	2.929	888	3.002
	51.237	104.170	56.470	107.684
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(39.751)	(32.977)	(39.751)	(32.977)
	11.486	71.193	16.719	74.707
Longo prazo				
ICMS	2.692	3.036	5.852	6.837
COFINS	3.652	1.383	3.652	1.517
Outros	792	301	792	330
	7.136	4.720	10.296	8.684

Natureza dos ativos	Consolidado									
	2006	2007	2008	2009	2010	Próximos 2 anos	Próximos 3 anos	Após 2015	Total	
Ativo fiscal diferido, registrado										
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282	
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167	
Demais diferenças temporárias	50.125	26.047	13.314	21.816	32.062	61.217	4.387	-	208.968	
Prejuízo fiscal	723	1.336	633	-	-	-	-	-	2.692	
Base negativa da contribuição social	797	481	266	-	-	-	-	-	1.544	
	82.344	31.281	17.630	25.233	35.479	68.051	14.635	-	274.653	
Ativo fiscal diferido, não registrado										
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783	
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702	
	75.783	-	-	-	-	-	-	24.702	100.485	
	158.127	31.281	17.630	25.233	35.479	68.051	14.635	24.702	375.138	

Conforme mencionado na Nota 10-e, a Companhia, em junho de 2004, transferiu 33,33% do empreendimento Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em decorrência deste fato, houve reversão de parte da provisão para perdas econômicas, no ano de 2005 no montante de R\$ 303.040.

A realização do saldo da provisão para perdas econômicas da UTE Jacuí, no ano de 2006, está baseada no pressuposto do exercício das opções de compra pela ELEJA ou venda pela Tractebel, naquele ano, da participação remanescente de 33,34% do projeto Jacuí. O valor do ativo fiscal diferido, já reconhecido contabilmente, refere-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e foi registrado em 1997. A Administração da Companhia está aguardando definições quanto ao exercício das opções de compra e venda para reconhecer o Imposto de Renda sobre a reversão da provisão, no valor de R\$ 75.783.

A realização da RIC ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, no valor de R\$ 24.702 (R\$ 28.843 em 31.12.2004), em observância à Instrução CVM nº 371/02.

NOTA 7 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	1.048.120	1.048.120	827.469	827.469
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	1.614	-	999
Doações	1.049	1.049	514	514
Outras despesas indedutíveis	36	36	913	913
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(116.885)	(116.885)	(82.394)	(82.394)
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	660.620	278.131	491.502	35.174
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	(59.456)	(69.533)	(44.235)	(8.794)
Incentivos fiscais	-	934	-	499
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	-	24	-	24
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	(59.475)	(68.549)	(44.175)	(8.102)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(28.942)	(94.663)	(10.910)	(20.085)
Diferido	(30.533)	26.114	(33.265)	11.983
	(59.475)	(68.549)	(44.175)	(8.102)

	Consolidado			
	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	1.104.052	1.104.052	861.035	861.035
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	2.151	-	1.273
Doações	1.319	1.319	1.379	1.379
Outras despesas indedutíveis	38	38	921	952
Exclusões				
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
Ajuste de controlada tributada pelo lucro presumido	(6.861)	(8.323)	(3.433)	(4.424)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	826.848	443.434	604.902	147.888
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	(74.416)	(110.859)	(54.441)	(36.973)
Incentivos fiscais	-	1.204	-	879
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	-	108	-	94
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos de períodos anteriores	-	-	1.166	3.203
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	(74.435)	(109.521)	(53.215)	(32.628)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(43.201)	(133.677)	(20.201)	(45.269)
Diferido	(31.234)	24.156	(33.014)	12.641
	(74.435)	(109.521)	(53.215)	(32.628)

Continua...

PASSIVO		
Circulante	104.004	108.855
Exigível a longo prazo	489.732	545.208
Patrimônio líquido	545.941	520.516
	1.139.677	1.174.579
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	233.129	322.630
Deduções da receita operacional	(21.564)	(28.546)
Receitas líquidas de vendas	211.565	294.084
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.336)	(93.870)
Custo de produção de energia elétrica	(52.657)	(52.862)
	(53.993)	(146.732)
	157.572	147.352
LUCRO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(19.859)	(22.469)
Despesas gerais e administrativas	(19.138)	(19.309)
	(38.997)	(41.778)
	118.575	105.574
	(67.975)	(98.440)
	50.600	7.134
RESULTADO OPERACIONAL		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		
Imposto de renda e contribuição social	50.600	7.133
	(17.256)	6.480
	33.344	13.613

b.2 – Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005			2004
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Quantidade de ações do capital social	118.849.336	225.678.665	344.528.001	225.170.692
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	118.849.332	225.678.665	344.527.997	225.170.688
Participação %	99,99	100,00	99,99	99,99
Capital social			424.222	224.222
Patrimônio líquido			532.009	348.563
Resultado do exercício			78.446	68.785
Investimento:				
Equivalência patrimonial			532.009	295.785
Ágio			31.204	35.662
Resultado de equivalência patrimonial			78.446	68.785

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a..

A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina. O ágio amortizado no exercício foi de R\$ 4.458 (R\$ 4.458 em 2004).

b.3 – Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	2.200.000	1.000.000
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	2.199.999	999.999
Participação %	99,99	99,99
Capital social	2.200	1.000
Patrimônio líquido	13.082	1.423
Resultado do exercício	10.459	439
Investimento:		
Equivalência patrimonial	13.082	1.423
Resultado de equivalência patrimonial	10.459	439

b.4 – Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de cogeração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002. A operação comercial da central geradora foi liberada a partir do dia 23.12.2003.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	30.529.984	30.529.984
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	30.529.983	30.529.983
Participação %	99,99	99,99
Capital social	30.530	30.530
Patrimônio líquido	32.255	30.530
Resultado do exercício	11.725	6.537
Investimento:		
Equivalência patrimonial	32.255	30.530
Resultado de equivalência patrimonial	11.725	6.537

b.5 – Delta Energética S. A. (controlada)

A Companhia detém 9.999 das 10.000 ações que compõem o capital social da Delta. Esta controlada foi constituída em 31.10.2001, sob a denominação de Delta Participações S.A. e em 26.04.2004 teve a sua denominação social alterada para Delta Energética S.A. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

com recursos da União e de outros não contribuintes a qualquer tempo no favor do outorgar. A qualificação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Doações e subvenções destinadas a investimentos	47.937	47.937	48.062	48.062
Reversão e amortização	2.230	2.230	2.230	2.230
Participação da União	3.758	3.758	3.758	3.758
Outras	2.639	2.639	2.639	2.639
	56.564	56.564	56.689	56.689

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II – Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Jacuí	ELEJA	350	07.02.2002	07.02.2032
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 9-b.1).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

Em junho de 2004, após conduzir um processo competitivo entre potenciais terceiros interessados no projeto Jacuí, a Companhia transferiu 33,33% do empreendimento à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA, por R\$ 29.000. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, por R\$ 31.181, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em 2006, tanto a Companhia como a ELEJA poderão exercer suas opções de venda e compra, reciprocamente, da participação remanescente da Companhia no projeto Jacuí, hipótese em que a ELEJA passaria a ser detentora de 100% do projeto Jacuí. Nos termos do contrato, a ELEJA assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto Jacuí. Em 2005, a autorização para a implantação e exploração da UTE Jacuí foi transferida da Companhia para a ELEJA, conforme aprovação da ANEEL.

Os valores associados aos ativos baixados pela Companhia, em decorrência dos fatos acima informados, são os seguintes:

	2005	2004
Custo bruto	400.696	479.294
Remuneração das imobilizações em curso - RIC	(71.242)	(84.891)
Subtotal	329.454	394.403
Reversão de provisão	(303.040)	(365.581)
Valor contábil líquido	26.414	28.822

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

NOTA 11 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual, em 31.12.2004, de R\$ 68.485, que era compatível com o valor estimado de alienação. O valor amortizado no período de 2002 a 2004 foi de R\$ 35.214.

Em 26 de outubro de 2004 a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras serão mantidas e estarão à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3. Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia está revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

NOTA 12 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Energia elétrica	42.837	65.704	14.075	32.598
Encargos de uso da rede elétrica	33.254	19.849	37.122	23.074
Combustíveis fósseis/biomassa	46.966	37.445	47.146	37.445
Materiais e serviços	17.661	16.591	23.782	24.169
	140.718	139.589	122.125	117.286

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição:

	Controladora					
	2005			2004		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	14.251	183.892	198.143
	100.571	398.151	498.722	118.812	597.966	716.778
Moeda Nacional						
ELETOBRAS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	12.386	29.355	41.741	10.977	41.133	52.110
	93.564	203.798	297.362	77.383	288.935	366.318
	194.135	601.949	796.084	196.195	886.901	1.083.096

Continua...



...Continuação

Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

	Consolidado					
	2005			2004		
	Principal e encargos		Total	Principal e encargos		Total
Circulante	Longo prazo	Circulante		Longo prazo		
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	48.857	491.788	540.645
	100.571	398.151	498.722	153.418	905.862	1.059.280
Moeda Nacional						
ELETOBRÁS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	61.594	338.544	400.138	57.888	385.745	443.633
	142.772	512.987	655.759	124.294	633.547	757.841
	243.343	911.138	1.154.481	277.712	1.539.409	1.817.121

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora			Consolidado		
	2005		Total	2004		Total
	Circulante	Longo prazo		Circulante	Longo prazo	
Saldo em 31.12.2003	188.892	1.128.340	1.317.232	258.497	1.859.455	2.117.952
Ingressos	-	-	-	-	13.771	13.771
Transferências	196.526	(196.526)	-	275.964	(275.964)	-
Encargos gerados	101.577	-	101.577	173.497	5.498	178.995
Variações monetárias geradas	(6.473)	(34.753)	(41.226)	(8.737)	(53.191)	(61.928)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.160)	(10.160)	-	(10.160)	-
Amortizações	(284.327)	-	(284.327)	(421.509)	-	(421.509)
	196.195	886.901	1.083.096	277.712	1.539.409	1.817.121
Transferências	182.815	(182.815)	-	516.381	(516.381)	-
Encargos gerados	84.564	-	84.564	130.848	5.031	135.879
Variações monetárias geradas	(21.583)	(91.753)	(113.336)	(23.390)	(106.537)	(129.927)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.384)	(10.384)	-	(10.384)	-
Amortizações	(247.856)	-	(247.856)	(658.208)	-	(658.208)
	194.135	601.949	796.084	911.138	1.154.481	1.154.481

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais:

	Controladora					
	2005			2004		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	142.985	334.686	42,04	166.735	442.580	40,86
Euro – EUR	50.446	139.687	17,55	59.507	215.384	19,89
Libra Esterlina – GBP	6.054	24.349	3,06	11.474	58.814	5,43
	498.722	62,65		716.778	66,18	
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	32,11	-	314.208	29,01
Não indexado	-	41.740	5,24	-	52.110	4,81
	297.362	37,35		366.318	33,82	
	796.084	100,00		1.083.096	100,00	

	Consolidado					
	2005			2004		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	142.985	334.686	28,99	295.767	785.082	43,20
Euro – EUR	50.446	139.687	12,10	59.507	215.384	11,85
Libra Esterlina – GBP	6.054	24.349	2,11	11.474	58.814	3,24
	498.722	43,20		1.059.280	58,29	
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	22,14	-	314.208	17,29
URTLJP	-	358.397	31,04	-	391.523	21,55
Não indexado	-	41.740	3,62	-	52.110	2,87
	655.759	56,80		757.841	41,71	
	1.154.481	100,00		1.817.121	100,00	

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores:

	2005		2004	
	%	%	%	%
Moeda – indexador				
Dólar Americano – USD	(11,82)	(8,13)		
Libra Esterlina – GBP	(21,53)	(1,09)		
Euro – EUR	(23,50)	(0,85)		
URTLJP	3,59	3,66		

e) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
	2007	149.010	94.428	243.438	149.010	142.199
2008	34.947	30.222	65.169	34.947	77.993	112.940
2009	28.708	30.974	59.682	28.708	78.745	107.453
2010	21.273	33.848	55.121	21.273	81.619	102.892
2011	21.273	14.326	35.599	21.273	62.096	83.369
De 2012 até 2024	142.940	-	142.940	142.940	70.335	213.275
	398.151	203.798	601.949	398.151	512.967	911.138

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Na controladora	
Mercado interno	
Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a. (Em 2004, 11,90% a 12,00% a.a.)	
Taxas flutuantes: 19,65% a.a. (Em 2004, 18,18% a.a.)	
Mercado externo	
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2004, de 6,00% a 8,49% a.a.)	
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a. (Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)	

No consolidado	
Mercado interno	
Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a. (Em 2004, de 11,90% a 12,00% a.a.)	
Taxas flutuantes de 12,00% a 19,65% a.a. (Em 2004, de 12,00% a 18,18% a.a.)	
Mercado externo	
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2004, de 6,00% a 10,43% a.a.)	
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a. (Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)	

	Consolidado			
	2005		2004	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas <i>in itinere</i>	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	18.125	24.425	15.373
Cíveis				
Fornecedores	64.334	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	3.028	-	2.451	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	1.674	-	2.654	2
	89.995	542	55.511	2
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	-	32.207	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	52.738	29.432	10.675
	147.709	71.405	109.368	26.050
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	42.326	-	731	-
Longo Prazo	105.383	71.405	108.637	26.050
	147.709	71.405	109.368	26.050

Em julho de 2005, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/03. A Companhia entende que a aceção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a indigitada Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende devidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005.

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2005			2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	9.519	18.236	27.755	3.618	16.352	19.970
Fiscais	27.804	4.920	32.724	-	-	-
	45.430	32.674	78.104	12.879	27.621	40.500

	Consolidado					
	2005			2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	30.903	26.480	57.383	19.090	24.048	43.138
Fiscais	35.464	4.920	40.384	-	-	-
	74.474	40.918	115.392	28.351	35.317	63.668

Contingência ativa

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, instituído pela Lei nº 9.718/98.

A Companhia tem processo semelhante aguardando decisão judicial, com provável chance de êxito.

As receitas atingidas pelo alargamento da base de cálculo são, basicamente, a subvenção combustíveis CCC/CDE e receitas financeiras e o valor que a Companhia espera recuperar, atualizados até 31.12.2005, é de R\$ 82.054 na Controladora e R\$ 83.128 no consolidado, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 17 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M:

Ano	Início de pagamento	Histórico		Atualizado	
		Valor anual	Valor total	Valor anual	Valor total
1º	-	1	1	2	2
2º ao 6º	-	-	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920	1.536	29.184
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800	138.421	1.384.210
			625.721		1.413.396

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R\$ 179.660, sendo R\$ 1.530 no passivo circulante e R\$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 161.889, sendo R\$ 1.472 no passivo circulante e R\$ 160.417 no exigível a longo prazo).

Taxas flutuantes de 12,00% a 19,65% a.a. (Em 2004, 12,00% a 18,18% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2004, de 6,00% a 10,43% a.a.)

Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a. (Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)

NOTA 14 – DEBÊNTURES

a) Controladora

Em 11.05.2005, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferiu o registro de distribuição primária de debêntures simples, mediante subscrição pública, de emissão da Companhia, composta por 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, 02.05.2005, o montante total de R\$ 200.000. A 1ª série, composta por 14.000 debêntures, vencerá em 02.05.2011 e terá amortização integral em uma única parcela, e a 2ª série, composta por 6.000 debêntures, vencerá em 02.05.2010 e terá amortização integral em uma única parcela. As debêntures da 1ª série serão atualizadas pelo IGP-M e farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 9,29% ao ano, a partir da data de emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das debêntures da 1ª série. As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de 103,90% da Taxa DI.

A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 16.05.2005. Os recursos obtidos por meio da Oferta destinaram-se a aumento de capital na controlada Companhia Energética Meridional – CEM, para propiciar, àquela Companhia, o pré-pagamento dos Contratos de Empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

b) Companhia Energética Meridional – CEM

Em 19.05.1999, a controlada assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures, cujo saldo atualizado até 31.12.2005 é de R\$ 93.437, sendo R\$ 10.919 no passivo circulante e R\$ 82.518 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 98.107, R\$ 10.008 no passivo circulante e R\$ 88.099 no exigível a longo prazo).

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

A amortização do valor nominal das debêntures teve início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorre semestralmente com base em programação de amortização crescente que varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela, com vencimento em 01.04.2013.

c) Itá Energética S.A. – ITASA

Em 07.03.2001, a controlada em conjunto emitiu duas séries de 8.400 debêntures não conversíveis cada uma, para colocação pública, integralizados em 23.03.2001. O saldo atualizado em 31.12.2005, nas demonstrações financeiras consolidadas, é de R\$ 67.215, sendo R\$ 9.885 no passivo circulante e R\$ 57.330 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 78.872, R\$ 13.352 no passivo circulante e R\$ 65.520 no exigível a longo prazo).

Os juros sobre as debêntures são pagos anualmente, sendo os da 1ª série a partir de 01.12.2001 e os da 2ª série a partir de 01.06.2002 e são calculados conforme abaixo:

1ª série: de 01.12.2001 a 01.12.2003 – IGP-M + 11,2% a.a. de 02.12.2003 a 01.12.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.

2ª série: de 01.06.2002 a 01.06.2004 – IGP-M + 11,2% a.a. de 02.06.2004 a 01.06.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.

A amortização do valor nominal das debêntures será efetuada em parcelas anuais, sendo que a da 1ª série terá início em 01.12.2004, com vencimento final em 1º de dezembro de 2013 e a da 2ª série, a partir de 01.06.2004, com vencimento final em 01.06.2013.

d) Vencimentos das debêntures a longo prazo

	Controladora	Consolidado
2007	-	17.807
2008	-	18.769
2009	-	19.827
2010	60.000	80.990
2011	138.348	160.618
2011	-	40.185
De 2012 a 2013	-	338.196

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			2004 Total
	2005 Circulante	2005 Longo prazo	Total	
Provisões trabalhistas	9.772	-	9.772	8.542
Provisão para grandes manutenções	24.280	21.913	46.193	30.574
Provisão bônus gerencial e participação nos resultados	15.000	-	15.000	10.500
Outras	32	630	662	2.109
	49.084	22.543	71.627	51.725

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

Buscando mensurar adequadamente os resultados dos exercícios sociais futuros, a Companhia adota o registro de provisões para grandes manutenções do parque gerador, com base em plano executivo para preservação das condições de operação das usinas.

O balanço patrimonial consolidado inclui o valor de R\$ 114, referente a provisões trabalhistas reconhecidas nas demonstrações financeiras da ITASA (R\$ 74 em 2004) e o valor de R\$ 371, referente à provisão para manutenção programada da Usina Hidrelétrica Cana Brava e da Central Geradora Lages Bioenergética (R\$ 135 em 2004).

NOTA 16 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

	Controladora			
	2005		2004	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas <i>in itinere</i>	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	18.125	24.425	15.373
Cíveis				
Fornecedores	63.097	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	1.679	-	1.720	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	752	-	2.436	-
	86.487	542	54.562	-
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	25.624	-	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	46.155	29.432	10.675
	144.201	64.822	108.419	26.048
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	41.595	-	-	-
Longo Prazo	102.606	64.822	108.419	26.048
	144.201	64.822	108.419	26.048

direta, e o impacto do processo em longo prazo de uma concessão ou da renúncia do direito de preferência no caso de migração e, por fim, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R\$ 179.660, sendo R\$ 1.530 no passivo circulante e R\$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 161.889, sendo R\$ 1.472 no passivo circulante e R\$ 160.417 no exigível a longo prazo).

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

2007	1.530
2008	1.530
2009	1.530
2010	1.530
2011	1.530
De 2012 até 2033	170.480
	178.130

NOTA 18 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos atuariais da Companhia são determinados por atuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia na condição de sua Instituidora e por outras Companhias, pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos *Benefício Definido* e *Contribuição Definida*. O Plano de *Benefício Definido* encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

Plano de Benefício Definido

O Plano de *Benefício Definido* tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios, a seguir especificados:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Adicionalmente, a Companhia contribui com 1,7825% da folha de salários, cujo valor é ajustado mensalmente por um fator determinado em função da oscilação do número de empregados participantes do Plano, para fins de amortização de reservas relativas a tempo de serviço passado por ela reconhecido, reavaliadas atuarialmente, cujo compromisso encerra-se em dezembro de 2023. O valor dessas contribuições no exercício de 2005 foi de R\$ 3.595 (R\$ 7.300 em 2004).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R\$ 2.110 (R\$ 2.450 em 2004).

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de *Benefício Definido* era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais da ELOS e o valor de responsabilidade da Companhia no exercício de 2005 foi de R\$ 1.777 (R\$ 1.127 em 2004).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

Em 05.04.2004, a Companhia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o plano de *Contribuição Definida* aos seus empregados e dando início ao processo de migração prevista no seu regulamento. A efetiva inscrição de participantes no plano de *Contribuição Definida* teve início a partir de janeiro em 2005, sendo que o processo de migração encerrou em 31.07.2005, com a migração de aproximadamente 94% dos participantes.

Conforme as instruções contidas na Deliberação nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 13.12.2000, os ganhos e perdas oriundos das reduções e liquidações antecipadas de um plano de *Benefício Definido* devem ser reconhecidos quando de sua ocorrência. Na avaliação atuarial realizada por atuários independentes em 31.07.2005, data da segregação patrimonial entre os dois planos, foram apurados os seguintes impactos decorrentes do processo de migração dos participantes:

	Antes da Redução	Ganho na Redução	Após a Redução	Perda na Transferência	Após a Transferência
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.254.857	(22.883)	1.231.974	(104.487)	1.127.487
Valor justo dos ativos	(754.553)	-	(754.553)	105.052	(649.501)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(231.686)	4.225	(227.461)	23.916	(203.545)
Passivo atuarial líquido	268.618	(18.658)	249.960	24.481	274.441

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2005	2004
Taxa de desconto (a.a.)	11,25%	12,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,50%	12,50%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	7,50%	8,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,50%	6,00%
Inflação	5,50%	6,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

- Tábua de Mortalidade (ativos) - GAM 1983, com ajuste de idade de -1
- Tábua de Mortalidade de Invalidez - IAPB 57
- Tábua de Entrada em Invalidez - TASA27
- Tábua de Rotatividade - T-1 *Experience*
- Idade de Aposentadoria - Primeira data em que completam todas as carências
- % de participantes ativos casados na data da aposentadoria - 90,00%
- Diferença de idade entre participante e cônjuge - Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Continua...



Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

Outras Hipóteses

- % de participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão - 100%
- Fator de conversão do SB-40 - 140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia é a seguinte:

	2005			2004		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.145.672	-	1.145.672	1.102.860	-	1.102.860
Valor justo dos ativos	(689.903)	-	(689.903)	(695.397)	-	(695.397)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.359	1.359	-	1.143	1.143
Subtotal	455.769	1.359	457.128	407.463	1.143	408.606
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(170.048)	(305)	(170.353)	(158.295)	(184)	(158.479)
Passivo reconhecido no balanço	285.721	1.054	286.775	249.168	959	250.127

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 7,27 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço, decorrente de "benefícios pós-emprego", está coberta por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo, firmado pela Companhia. A composição do passivo nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2005			2004		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas						
Contrato de confissão de dívidas passadas, incluindo o financiamento de despesas administrativas	17.613	72.430	90.043			97.626
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	16.890	8.109	24.999			41.217
Passivo atuarial não contratado	46.517	125.216	171.733			111.284
Passivo atuarial total	81.020	205.755	286.775			250.127

A movimentação do passivo atuarial total, reconhecida no balanço patrimonial do exercício de 2005, está resumida a seguir:

	2005		2004	
	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total	Total
Passivo em 31.12.2003	243.307	794	244.101	
Despesas do exercício de 2004	57.062	186	57.248	
Contribuições reais da Cia. no ano de 2004	(51.201)	-	(51.201)	
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2004	-	(21)	(21)	
Passivo em 31.12.2004	249.168	959	250.127	
Despesas do exercício de 2005	75.128	188	75.316	
Contribuições reais da Cia. no ano de 2005	(38.575)	-	(38.575)	
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2005	-	(93)	(93)	
Passivo em 31.12.2005	285.721	1.054	286.775	

Os valores a serem reconhecidos no resultado do exercício de 2006, relativamente ao plano de Benefícios e Gratificação de Confidencialidade são os seguintes:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	817	55	872
Custo dos juros	124.487	130	124.617
Rendimento esperado dos ativos do plano	(75.248)	-	(75.248)
Amortização de perdas atuariais	8.344	14	8.358
Contribuição dos empregados	(266)	-	(266)
Total	58.134	199	58.333

Plano de Contribuição Definida

Além do plano de *Benefício Definido*, a PREVIG passou a administrar outro plano, do tipo *Contribuição Definida*, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de *Contribuição Definida*, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (887 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas do participante e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia no exercício de 2005 foi de R\$ 2.236.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial de R\$ 1.760, paga ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia é responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de *Contribuição Definida* até 31.12.2006, a partir daí os mesmos serão rateados pelos participantes do plano. O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R\$ 241.

Em reconhecimento à confiança depositada pelos empregados que aderiram ao novo Plano de Benefícios da PREVIG, a Companhia efetuou o pagamento de uma contribuição voluntária ao Plano de *Contribuição Definida*, adicionalmente às contribuições já previstas no regulamento, equivalente ao valor de 50% da remuneração mensal de cada empregado participante, calculada com base no mês de novembro de 2005, o que gerou uma despesa de R\$ 2.135.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

NOTA 19 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R\$ 36.532 no exigível a longo prazo (R\$ 39.616, em 2004, no passivo circulante), calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R\$ 107.446 (R\$ 116.516 em 2004), correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. Devido a expectativa de que a solução da contestação não ocorrerá no próximo exercício, em 2005, o passivo fiscal diferido está sendo apresentado no exigível a longo prazo.

NOTA 22 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					2004
	2005		2004			
	Custos	Despesas	Despesas	Gerais e	Total	
	Produção e comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Administrativas	Total	Total
Pessoal	73.943	6.391	5.785	37.400	123.519	111.913
Material	19.568	229	38	1.016	20.851	16.840
Serviço de terceiro	41.085	2.188	1.968	20.460	65.701	59.293
Combustível p/ produção energia – CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/ produção energia – sem subvenção	101.570	-	-	-	101.570	134.666
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	54.445	-	-	-	54.445	47.049
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	116.395	-	116.395	106.636
Uso de bem público – UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	157.394	-	36	1.178	158.608	175.057
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.747	-	-	56.393	97.140	11.019
Reversão de provisões p/ créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.071)	-	(9.071)	(12.133)
Seguros	6.530	414	-	280	7.224	8.434
Previdência privada – SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	75	3.027	1.762
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.024	4.002	3.630
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.812	7.812	5.863
Outros	457	45	-	3.928	4.430	3.828
	8.401	61	224	9.186	17.872	22.112
Total	820.952	9.328	118.295	158.393	1.106.968	1.002.677

	Consolidado					2004
	2005		2004			
	Custos	Despesas	Despesas	Gerais e	Total	
	Produção e comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Administrativas	Total	Total
Pessoal	74.233	6.391	5.785	39.558	125.967	113.812
Material	21.379	229	38	1.207	22.853	17.931
Serviço de terceiro	48.123	2.188	2.453	22.566	75.330	66.568
Combustível p/ produção energia – CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/ produção energia – sem subvenção	104.694	-	-	-	104.694	136.933
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	69.152	-	-	-	69.152	59.182
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	162.431	-	162.431	134.899
Uso de bem público – UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	197.660	-	36	10.412	208.108	223.487
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.083	-	-	56.499	96.582	10.598
Reversão de provisões p/ créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.126)	-	(9.126)	(12.095)
Seguros	8.348	414	-	477	9.239	10.752
Previdência privada – SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	167	3.119	1.780
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.190	4.168	3.777
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.156	9.156	7.138
Outros	471	45	-	4.369	4.885	5.092
	8.635	61	259	24.357	33.312	33.041
Total	889.590	9.328	164.796	189.599	1.253.313	1.119.603

NOTA 23 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia utiliza operações de arrendamento mercantil para a renovação de seu parque de informática e de sua frota de veículos.

Os contratos atualmente existentes envolvem os seguintes bens:

a) Equipamento de informática

O prazo de arrendamento é de 36 meses e a aquisição dos bens pela arrendatária está contratualmente assegurada pelo valor unitário de R\$ 1,00. Existem, em 31.12.2005, 349 microcomputadores contratados (341 em 31.12.2004), representando cerca de 63% do total.

O saldo das contraprestações a pagar, em 31.12.2005, é de R\$ 655, dos quais R\$ 395 vencem nos próximos 12 meses e R\$ 260, nos meses subsequentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R\$ 535 (R\$ 441 em 2004).

b) Frota de veículos

A Companhia tem contrato de arrendamento de 43 veículos, em 31.12.2005. Os contratos tem prazo de 36 meses, estando assegurada, à arrendatária, a aquisição dos bens no término dos contratos pelo valor equivalente a 20% do valor dos bens.

O saldo das contraprestações a pagar, que tiveram início no presente exercício, é de R\$ 776, dos quais R\$ 553 vencem nos próximos 12 meses e R\$ 223, nos meses subsequentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R\$ 967 (R\$ 658 em 2004).

NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia tem registrado em seus livros operações de swap de taxa de juros no mercado internacional ficando passiva à taxa fixa média de 5,272% a.a. e ativa em Libor US\$ seis meses, com início de fluência em 15.10.2001 e término em 16.10.2006, com valor atual de principal de US\$ 4.426 mil, equivalente a R\$ 10.360 em 31.12.2005, amortizado semestralmente a partir de 15.04.2002.

Em novembro de 2004, aproveitando-se da desvalorização do Dólar frente ao Real, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de swaps no mercado de balcão, utilizando como veículo seu Fundo de Investimentos Exclusivo (ver Nota 3), onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos foi trocada pela variação do CDI. Os vencimentos das operações de swaps são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa, considerando-se um período de vinte e quatro meses a partir de novembro de 2004. As operações são registradas na CETIP e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia.

Essas operações estão apresentadas nas demonstrações financeiras nas rubricas "Operações com derivativos", no passivo circulante, e "Perdas com operações de swaps taxa de câmbio/juros", na despesa financeira, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Despesa Financeira				

disposto no Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. Devido a expectativa de que a solução da contestação não ocorrerá no próximo exercício, em 2005, o passivo fiscal diferido está sendo apresentado no exigível a longo prazo.

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Grupamento e conversão de ações

Consoante deliberação ocorrida na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07.04.2005, as ações representativas do capital social da Companhia foram agrupadas, em 23.05.2005, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe existentes.

Concomitantemente com essa operação no Brasil, a relação de ações por ADR – *American Depositary Receipt* no mercado americano também foi alterada, passando a ser de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07.06.2005, aprovou proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais classes "A" e "B" em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial.

A referida proposta tinha por objetivos essenciais: (i) equalizar os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia; (ii) adaptar a sua estrutura acionária aos procedimentos mais recomendados de governança corporativa; (iii) conferir maiores condições de liquidez a todas as ações de emissão da Companhia; e (iv) possibilitar o ingresso da Companhia no denominado "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

As Assembléias Gerais Extraordinárias, Especial dos Titulares de ações preferenciais classe "A" e classe "B", foram realizadas no dia 27.06.2005, tendo sido aprovada apenas a conversão da totalidade das ações preferências classe "B" e a posterior consolidação do Estatuto Social. Em 17.08.2005 foi ratificada pela segunda Assembléia Especial dos Titulares de ações preferenciais classe "A" (2ª convocação) a conversão da totalidade das ações preferenciais classe "A" e, também, a posterior consolidação do Estatuto Social.

c) Capital social subscrito e integralizado

Atualmente, a Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 4,11 (R\$ 4,27 por lote de mil ações em 31.12.2004).

O quadro societário da Companhia, está assim constituído:

	% do Capital	
	2005	2004
Acionistas		
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,73	78,30
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	5,62
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,57	4,18
	100,00	100,00

Com o objetivo de aumentar a liquidez das ações negociadas na BOVESPA, o acionista controlador, Suez Energy South America Participações Ltda., vendeu, através de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, 62.500.000 ações, equivalente a 9,57% do Capital Social da Companhia.

A composição das reservas, está assim constituída:

Composição das reservas:

Reserva de Capital

Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reservas de Lucros

Reserva legal

Reserva de retenção de lucros

	2005	2004
Reserva de Capital	91.695	91.695
Reserva legal	148.257	102.252
Reserva de retenção de lucros	243	147.243
	148.500	249.495

NOTA 21 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

No decorrer do ano de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio, em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, com os seguintes valores:

- R\$ 110.000, correspondentes a R\$ 0,199740 por lote de mil ações Preferenciais Classe A, R\$ 0,168516 por lote de mil ações Preferenciais Classe B e Ordinárias, aprovados em 12.05.2005, com o início dos pagamentos em 08.07.2005.
- R\$ 122.000, correspondentes a R\$ 0,186904 por ação Ordinária, aprovados em 19.10.2005, com o início dos pagamentos em 10.11.2005.
- R\$ 39.700, correspondentes a R\$ 0,060820 por ação Ordinária, aprovados em 15.12.2005, com o início dos pagamentos em 19.04.2006.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2005.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 19.10.2005, o Conselho de Administração da Companhia, usando a competência que lhe conferem o artigo 19, inciso XV do Estatuto Social, aprovou a distribuição de dividendos intermediários com base nas reservas de lucros existentes em 31.12.2004, exceto a reserva legal, no valor de R\$ 147.000, correspondentes a R\$ 0,225204 por ação, os quais foram pagos em 10.11.2005 e, também, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2005, no valor de R\$ 141.000, correspondentes a R\$ 0,216012 por ação, os quais também foram pagos em 10.11.2005. Essas distribuições estão fundamentadas no caput e no § 2º do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no § 1º do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

Lucro líquido do exercício

Constituição da reserva legal (5%)

Base de cálculo

Dividendos mínimos obrigatórios (30% em 2005 e 25% em 2004)

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192
Constituição da reserva legal (5%)	(46.005)	(38.760)
Base de cálculo	874.091	736.432
Dividendos mínimos obrigatórios (30% em 2005 e 25% em 2004)	262.227	184.108

b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos

Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF

Dividendos intercalares

Saldo dos dividendos propostos

Subtotal

I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio

Total

Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação em 2005 e por lote

de mil ações em 2004 (em R\$ 1,00):

Preferenciais classe A

Preferenciais classe B

Ordinárias

	2005	2004
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	232.132	216.750
Dividendos intercalares	141.000	-
Saldo dos dividendos propostos	461.391	335.032
Subtotal	834.523	551.782
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	39.568	38.250
Total	874.091	590.032
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação em 2005 e por lote de mil ações em 2004 (em R\$ 1,00):		
Preferenciais classe A	-	0,920260
Preferenciais classe B	-	0,845321
Ordinárias	1,339106	0,845321

O saldo dos dividendos propostos, no valor de R\$ 461.391, correspondente a R\$ 0,706850 por ação, será pago após a deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras.

	2005	2004	2005	2004
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Despesa Financeira				
Perdas com swaps de taxa de câmbio/juros	104.537	19.554	130.253	28.157

A exposição líquida da Companhia ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	498.722	716.778	498.722	1.059.280
Instrumentos de <i>hedge</i> - swaps	(96.031)	(237.976)	(146.356)	(339.714)
Ativos em moeda estrangeira	(19.749)	(23.776)	(36.790)	(23.776)
Exposição líquida	382.942	455.026	315.576	695.790

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo e nos contratos iniciais de compra e venda de energia, firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

A partir de 2003, com a redução das vendas de energia elétrica vinculadas aos contratos iniciais, conjugado com a entrada em operação de novas usinas, a Companhia deu início à ampliação de sua carteira de clientes, focando clientes industriais, os chamados Consumidores Livres. Para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais foi criada, na Companhia, a área de crédito, cujo escopo do trabalho compreende a análise prévia e o estabelecimento, em conjunto com o Comitê de Crédito, de limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 3, a partir deste exercício a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2005	2004	2005	2004
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	498.722	495.438	716.778	699.768
Empréstimos e encargos em moeda nacional	297.362	283.941	366.318	358.058
	796.084	779.379	1.083.096	1.057.826

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

NOTA 25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, pela Companhia, celebrado, no âmbito do Consórcio Itá, em 11.09.1998, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar mais inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro de 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato firmado em 02.01.2003, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.03.2004, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência de 01.04.2004 a 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, celebrado em 01.04.2004, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tracabel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato firmado em 01.11.2004, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado no menor período legalmente permitido (atualmente, período anual), pela variação do IGP-M.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Controladora								
	2005							2004	
	Suez Energy South America Partic. Ltda.	CEM	ITASA	LAGES	Tracabel Energia Comerc. Ltda.	CESS	Total	Total	
Ativo									
Contas a receber	664	131	6.550	902	13.129	318	21.694	16.531	
Passivo									
Fornecedores	-	30.578	9.831	1	-	-	40.410	42.312	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	340.307	-	-	-	-	-	340.307	432.054	
Resultado									
Receita operacional									
Suprimento de Energia	-	-	-	5.959	58.371	-	64.330	12.100	
Receitas de serviços									
Administração	-	594	-	93	26	395	1.108	794	
Operação e manutenção	-	1.690	9.620	1.362	-	-	12.672	11.254	
Custo de Energia									
Elétrica e Serviços	-	249.310	121.256	-	-	-	370.566	414.801	
Compra energia	-	-	-	10	-	-	10	7	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	
Financeiro									
Receita	-	-	14	-	-	-	14	3.291	

Continua...



Tractebel Energia S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

NOTA 26 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em 31.12.2005 é de R\$ 273.526 (R\$ 303.736 em 31.12.2004).

A ITASA, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos acima citados, deu as seguintes garantias ao BNDES e aos Agentes Financeiros: a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; e b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras.

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES, o primeiro em 19.05.1999, e aditado em 25.05.1999, e o segundo em 05.04.2000. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

- garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;
- ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2005 totaliza R\$ 200.926 (R\$ 558.525 em 31.12.2004).

A CEM cedeu os recebíveis decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em 25.07.2003, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2005 totaliza R\$ 44.597 (R\$ 48.743 em 31.12.2004).

A Lages Bioenergética, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato acima citado, cedeu em garantia os recebíveis decorrentes da comercialização da energia elétrica proveniente da Unidade de Cogeração.

NOTA 27 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US\$ 3.515.233 mil, equivalentes a R\$ 8.228.106 mil em 31.12.2005, e de lucro cessante com valor declarado de US\$ 98.503 mil, equivalentes a R\$ 230.566 mil em 31.12.2005. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US\$ 150.000 mil, equivalentes a R\$ 351.105 mil em 31.12.2005, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US\$ 320.000 mil, equivalentes a R\$ 749.024 mil em 31.12.2005, e lucro cessante de US\$ 8.105 mil, equivalentes a R\$ 18.971 mil em 31.12.2005.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US\$ 50.000 mil, equivalentes a R\$ 117.035 mil em 31.12.2005. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US\$ 25.000 mil equivalentes a R\$ 58.518 mil em 31.12.2005, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US\$ 50.000 mil, equivalentes a R\$ 117.035 mil em 31.12.2005.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de Conselheiros, Diretores e Administradores – (D&O) extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus Diretores e Empregados.

NOTA 28 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos com sociedades controladas citados na Nota 25, a Companhia possui direitos e compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 20 de agosto de 1998, assinou o Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência a partir de 1º de setembro de 1998, até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para atender os contratos de venda da energia elétrica liberada dos Contratos Iniciais e da energia elétrica oriunda das usinas que entraram em operação comercial a partir de 01.01.2002, a Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro, através dos quais assumiu 75% dos custos de transmissão, ficando os 25% restantes sob a responsabilidade das concessionárias distribuidoras. Os custos, para a Companhia, totalizaram R\$ 110.280 em 2005 (R\$ 100.964 em 2004).

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

Em 31.12.2005, os Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica da Companhia foram extintos, conforme redução de 25% ao ano, ocorrida a partir de 2003. Com isso, a energia liberada desse Contratos foram contratadas através da venda a Consumidores Industriais, Comercializadoras e Distribuidoras.

Contratante	Período da Contratação	Energia Contratada (MWh)
RGE	01.01.2006 a 31.12.2014	33.324.510
CELESC	01.01.2006 a 31.12.2007	262.760
	01.01.2006 a 31.12.2008	18.542.585
Companhia Paulista de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	8.456.168
Companhia Piratininga de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	4.931.584
Light	01.01.2006 a 31.12.2007	665.658
Comercializadoras	01.01.2006 a 31.12.2007	5.854.802
	01.01.2006 a 31.12.2010	15.749.276
	01.01.2006 a 31.12.2016	10.525.045
Consumidores Industriais	01.01.2006 a 31.12.2007	7.932.943
	01.01.2006 a 31.12.2010	4.081.552
	01.01.2006 a 31.12.2012	2.786.208
Distribuidoras		
1º Leilão de Energia existente (2004)	01.01.2007 a 31.12.2014	701.280
2º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2008 a 31.12.2015	10.512.000
4º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2009 a 31.12.2016	26.709.648
Leilão de Energia Nova (2005)	01.01.2010 a 31.12.2039	52.560.000

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL.

No mês de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu a Portaria nº 153, de 30.03.2005, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 155/05 estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos foi reduzido o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato, de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente.

Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser liquidados de todos os montantes por elas devidos à Companhia a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

e) Compra de gás natural

Em 10 de novembro de 2000, a Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de 5 anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS.

f) Revitalização dos geradores da Usina Hidrelétrica Salto Osório

Em 19 de dezembro de 2003, a Companhia celebrou contrato com a GE Hydro Inepar do Brasil S.A., com vigência de quatro anos, para a reforma geral das seis unidades geradoras da UHE Salto Osório.

NOTA 29 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Presidente:	Maurício Stolle Bähr	Conselheiros:	Manoel Arlindo Zaroni Torres
			Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
			Dirk Beeuwsaert
			Nicolas Alain Marie Tissot
			Luiz Antônio Barbosa
DIRETORIA EXECUTIVA			
Diretor Presidente:	Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor de Produção de Energia:	José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:	Marc Verstraete	Diretor de Planejamento e Controle:	Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos:	Miroel Makiolke Wolowski	Diretor Administrativo:	Luciano Flávio Andriani
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE			
	Marcelo Cardoso Malta		
	Contador – CRC RJ 072259/O-5		
PARECER DO CONSELHO FISCAL			
	Newton de Lima Azevedo Junior	Carla Carvalho de Carvalho	
	Presidente	Conselheira	
	Manoel Eduardo Lima Lopes		
	Conselheiro		

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas

Tractebel Energia S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Tractebel Energia S.A. individual (controladora) e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de apresentar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis

no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente

contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2006.

(1,2) -8- [11728]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_balanco_anual_2005_VEC_2COL.indd 27/3/2006 19:09:21
e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Itá Energética S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento e do resultado decorrentes nessa controlada, está baseada no parecer desses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações

contábeis adotadas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2006.

BDO

BDO Trevisan
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC SP013439/O-5 "S" SC

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS - 42.460/S - SC